



aepet

ASSOCIAÇÃO DOS
ENGENHEIROS
DA PETROBRAS

SETEMBRO DE 1995
Nº 93

Listão da AEPET

A Associação dos Engenheiros da Petrobras – AEPET – encaminhou às lideranças de todos os partidos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal uma relação de várias personalidades que alternaram atividade pública e privada em curto espaço de tempo, detendo, pelas suas funções, informações privilegiadas. Na carta que acompanha a lista alerta-se para que o fato é igualmente grave no BNDES, onde “ex-dirigentes após participarem do processo de desestatização foram recrutados por bancos que participaram do negócio, levando consigo toda a sorte de conhecimentos adquiridos no setor público.” Ao final do documento, a AEPET reafirma a posição de que: “acreditamos ser de responsabilidade do Poder Legislativo fixar normas e regras que coibam e punam a mistura do público e privado em benefício de alguns e em prejuízo do País”. Aliás como é norma em qualquer país desenvolvido.

NOME	CARGO PÚBLICO	CARGO PRIVADO
André Lara Resende	Ex-Diretor do Banco Central	Sócio do Banco Matrix
Andréa Calabi	Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento	Ex-sócio da Consultoria e Empreendimentos Industriais (CONSEMP)
Antoninho Marmo Trevisan	Ex-Secretaria de Controle das Estatais	Pres. da Trevisan Auditores & Consult.
Antonio Carlos Lemgruber	Ex-Presidente do Banco Central	Vice-Presidente do Banco Liberal
Arminio Fraga Neto	Ex-Diretor do Banco Central	Trabalhou no Banco Garantia. Executivo da Salomon Brothers
Carlos Brandão	Ex-Presidente do Banco Central	Aposentou-se como diretor do Banco Econômico
Clóvis Carvalho	Ministro da Casa Civil	Ex-funcionário das Indústrias Villares
Cláudio Haddad	Ex-Diretor do Banco Central	Sócio do Banco Garantia
Dorothea Werneck	Min. da Indústria, Comércio e Turismo	Ex-empregado da Trevisan Auditores & Consultores
Edson Arantes do Nascimento (Pelé)	Ministro Extraordinário dos Esportes	Sócio majoritário da Pelé Sports e Marketing
Eduardo Jorge Caldas	Secretário-Geral da Pres. da República	Ex-Consultor da United States Agency of Information and Development (Usaid)
Fernão Bracher	Ex-Presidente do Banco Central	Dono do Bco. BBA - Creditanstalt S.A.
Francisco Gros	Ex-Presidente do Banco Central	Abriu o BFC e trabalha para o grupo americano Morgan Stanley
Francisco Lopes	Diretor do Banco Central	Ex-Consultor da Macrométrica
Francisco Pinto	Ex-Diretor do Banco Central	Executivo do Banco da Bahia de Investimentos
Gustavo Loyola	Presidente do Banco Central	Ex-Sócio da MCM (consultoria)
José Eduardo de Andrade Vieira	Ministro da Agricultura	Presidente do Banco Banerindus e da rede CNT
José Júlio Senna	Ex-Diretor do Banco Central	Diretor do Banco Graphus
José Luis Alquéres	Ex-Presidente da Eletrobrás	Diretor do Bco. Bozano Simonsen
José Luis Miranda	Ex-Diretor do Banco Central	Presidente do Banco Inter Atlântico
José Roberto M. de Barros	Secretário de Política Econômica	Ex-sócio gerente da MB Associados
Luis Antônio Gonçalves	Secretário-Geral do Ministério da Fazenda e Secretário do Tesouro	Presidente do Banco Cindam
Luiz Carlos Bresser Pereira	Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado	Ex-executivo do grupo Pão de Açúcar
Luis Carlos M. de Barros	Ex-Diretor do Banco Central	Sócio do Banco Matrix
Mailson da Nóbrega	Ex-Ministro da Fazenda	Sócio da MCM Consultoria
Marcílio Marques Moreira	Ex-Ministro da Fazenda	Consultor, Sócio da MCM Consultoria
Nelson Jobin	Ministro da Justiça	Sócio do Escritório de advocacia Jobin, Ferrão e Moraes
Paulo Baltazar	Coordenador de Tributação da Receita Federal	Ex-executivo da Martins Baltazar - firma de consultoria
Pérsio Arida	Ex-diretor do Banco Central	Consultor do Unibanco
Roberto Castelo Branco	Ex-diretor do Banco Central	Diretor de Mercado de Capitais do Banco Inter Atlântico
Roberto José de Andrade	Diretor da SUNAB	Ex-diretor da Abicloro
Ronald Castello Branco	Secretário-Adjunto de Acompanhamento Econômico	Ex-presidente da Castello Branco Empresarial
Winston Fritsch	Ex-secretário de Política Econômica	Presidente do Banco Kleinwort Benson
DO BNDES		
Eduardo Modiano	Presidente do BNDES	Vice-Presidente de Investimentos do Banco Itamarati
José Pio Borges	Diretor do BNDES	Executivo do BBM - Grupo Mariani Petroquímica
Luís Crisóstomo	Diretor do BNDES	Executivo do Banco Cindam
Luiz Orenstein	Gerente do BNDES	Executivo da Empresa Opportunity
Pedro Bodin	Diretor do BNDES e do Bco. Central	Diretor de Análise de Risco de Crédito do Banco Icatu
Ricardo Viana	Diretor do BNDES	Diretor do Banco Itamarati
Sérgio Zendron	Diretor do BNDES	Superintendente do Banco Graphus

Dossiê AEPET de ligações perigosas

O caso Dallari trouxe, de novo, a questão ética do público e privado. A AEPET preocupada com este assunto organizou este dossiê contando um pouco do que vem acontecendo com alguns nomes públicos. Do listão geral constam vários participantes da privatização nas áreas de petroquímica e de fertilizantes.



O CASO PIO BORGES (1992)

*(Ex-vice presidente do BNDES.
Atualmente executivo do Grupo Mariani)*

Até o início do Governo Collor, José Pio Borges Castro Filho era executivo da Petroquímica da Bahia, empresa "holding" do Grupo Mariani em suas aplicações nas empresas petroquímicas do pólo de Camaçari. No início do governo Collor, José Pio Borges foi nomeado vice-presidente do BNDES. Nessa época, o BNDESPAR detinha 54,24% do capital total da Petroquímica da Bahia, participação esta representada apenas por ações preferencias, desde 1977.

Em 30 de setembro de 1992, um dia após o "impeachment" do ex-presidente Collor, o BNDESPAR se desfez dessa participação acionária. A alienação foi efetuada através de leilão público, mas o único comprador foi a BBM Petroquímica, empresa do grupo Mariani, que fez a aquisição pelo preço mínimo fixado pelo BNDESPAR e em condições excepcionais de financiamento (10,9% de sinal e o restante em 12 prestações anuais iguais, com um ano de carência, juros de 6,5% ao ano, atualizadas pelo IGP-M). Essa operação foi desenhada em agosto de 1992. Pouco tempo após, com a desintegração do Governo Collor, Pio Borges voltou a ocupar um cargo executivo na Petroquímica da Bahia.



O CASO MODIANO (vários jornais) (92/93/94/95)

*(Atual vice-presidente de investimentos
do Banco Itamarati)*

A grande proposta de Eduardo Modiano, quando presidente do BNDES e líder do processo de privati-

zação no governo Collor, era ampliar a privatização, incluindo nela, também, a Vale do Rio Doce, a Eletrobrás e outras estatais. Curiosamente, o mesmo Modiano que dirige o empreendimento turístico de seu pai, em Búzios, conseguiu, este mês, transferir para o Estado o seu aeroporto, que receberá recursos imediatos da Infraero para aumentar a pista e receber até Boeings 737. Assim como os dirigentes do Banco Econômico, Modiano quer privatizar os lucros e estatizar os prejuízos.

Por diversas vezes, quando presidente do BNDES, Eduardo Modiano negou qualquer irregularidade no processo de desestatização, negando, também, qualquer acusação de ter subavaliado as empresas com o objetivo de beneficiar o capital privado. Em junho de 1990, foi criada, por particulares com dinheiro público doado pelo ex-presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, a Cetip (Central de Custódia de Liquidação Financeira de Títulos), com a função de controle e emissão de certificados de privatização, com poderes muito mais amplos que os do próprio Banco Central. Os sócios da Cetip eram grupos que participavam da compra de estatais. Na mesma época, era criada a Câmara de Liquidação e Custódia também por particulares, sendo majoritária a BV Empreendimentos Imobiliários, onde eram controladores Antônio Augusto Cardoso Garcez, Guilherme Braga A. Pires Filho e Howard Saffer que também participavam da CT Empreendimentos e Participações, onde Eduardo Modiano foi sócio.

Em 1991, o Tribunal de Contas da União soube que a BNDES Participações (subsidiária do BNDES) era sócia minoritária em 796 empresas, 689 privadas e 107 estatais. De acordo com o ministro Fernando Gonçalves do TCU a transação envolvia, na época, mais de 1 trilhão de cruzeiros, dando prejuízos ao Tesouro da União. O Ministro do TCU destacava ainda, na ocasião, que "Eduardo Modiano

deveria ter conhecimento estrito da lei, como presidente do BNDES". Mas Modiano nada respondia ou então negava veementemente qualquer prejuízo público com os leilões.

Dois anos depois – em 1994 – o empresário Olacyr Moraes abocanhou sozinho mais de 30% dos recursos do Programa Nordeste Integrado, financiado pelo BNDES, que destinou US\$ 1 bilhão para vários de seus projetos. Recebeu, também, US\$ 346 milhões para construção de seis hotéis na região Nordeste. Recebeu mais US\$ 400 milhões para financiamento da Ferronorte, além de outros US\$ 600 milhões do BNDES e outros organismos para a mesma ferrovia. Ao ser concluída, a ferrovia, paga com incentivos fiscais do Governo Federal, será administrada pelo Grupo Itamarati, beneficiando as empresas de Olacyr Moraes, onde trabalha o amigo Eduardo Modiano, ex-presidente do BNDES.

Logo ao chegar no Banco Itamarati, Eduardo Modiano fez a instituição participar pela primeira vez do processo de privatização, representando um investidor de peso no leilão da Petroquímica União (PQU). Na ocasião (janeiro de 1994), Modiano que menos de dois anos antes (final de 1992) saíra do BNDES declarou "a gente estava de olho no setor elétrico, mas como ainda não há muita definição vamos trabalhando no que está por aí". E de acordo com a Procuradoria Geral da República, quando gestor do programa de privatização, Modiano "adotou conduta que jamais adotaria com seu patrimônio". Aliás quando Modiano presidia a Comissão Diretora do Programa de Desestatização, esta tinha como um dos seus membros Carlos Henrique Moraes, sócio da ex – ministra Zélia Cardoso de Mello na ZLC e posteriormente indiciado no caso PC pela Polícia Federal.

No início de 1992, Modiano compareceu à festa de aniversário do empresário Sérgio Rocha, da Edubra, onde estavam também Pedro Paulo

Leoni Ramos (PP), Wagner Canhedo e outros envolvidos no escândalo do Governo Collor. O Grupo Itamarati, do empresário Olacyr de Moraes, outro amigo íntimo do ex-presidente Collor de Mello, para onde foi Modiano ao sair do BNDES, também abrigava o “famoso” PP.

3

O CASO ARIDA: O escândalo dos “dealers” (3/95-Vários jornais)

Em março deste ano, o então presidente do Banco Central, Pêrsio Arida caiu após a denúncia de ter vazado informações privilegiadas antes da desvalorização do Real, informações que ajudavam vários bancos privados. Entre as acusações a de ter beneficiado Fernão Bracher, seu amigo e dono do BBA Creditanstalt, que teria lucrado com a compra de dólares antes das mudanças na política cambial. Recrutado do Conselho de Consultores do Unibanco, Arida foi também acusado de ter favorecido o seu amigo André Lara Resende, dono do Banco Matrix. O vazamento de informações levou a um insustentável clima cambial: O Brasil, em apenas cinco dias, viu US\$ 2 bilhões de investidores estrangeiros deixarem o País. Começara a semana com uma reserva internacional de US\$ 38 bilhões e projetava uma inflação anual de 20%. Chegou ao fim-de-semana com uma reserva de US\$ 32 bilhões e uma inflação projetada de 27%.

4

A denúncia: O Secretário de Acompanhamento Econômico do Governo, José Milton Dallari, apelidado de “o xerife dos preços” estaria vendendo informações privilegiadas do governo através de sua empresa de consultoria Decisão. As acusações começaram ainda no governo Itamar Franco por ocasião da devassa fiscal nas contas de supermercados e da Abras (Associação Brasileira dos Supermercados) quando descobriu-se que a empresa de Dallari trabalhava para a Abras. O PT apresentou vários recibos mostrando que Dallari continuava atuando como consultor em várias empresas de alimentos, além de manter

contrato com a Firjan. Entre as empresas na lista de clientes da Decisão estão: Nestlé, Sandoz, Mappin, Antártica, Honda e outras.

Os conflitos com Dallari começaram em abril do ano passado. Mas o Secretário levou mais de um ano para cair, apesar de suas declarações a favor de medidas que beneficiavam sempre os interesses de empresas privadas em detrimento da população. O relatório preliminar sobre as primeiras denúncias desapareceu do escritório da Receita Federal em São Paulo que, recentemente, foi arrombado. Dallari vem atuando como especialista em preços desde o Governo Figueiredo. Entre os aumentos de preços dos últimos meses em que Dallari esteve a frente, soma-se o praticado pela Refinaria Milhos do Brasil, uma empresa cliente da Decisão. Apesar de sua origem humilde, Dallari acumulou um patrimônio de 16 imóveis e não conseguiu explicar como sua empresa Decisão faturou, apenas no primeiro semestre do ano passado, o equivalente a R\$ 100 mil por mês. Ele recebia também dividendos da Decisão mas não sabia precisar quanto.

Dallari disse ser apenas um sócio cotista da empresa CEA-Construção, Engenharia e Administração, mas seu nome consta de uma placa indicando a responsabilidade da empresa na construção do prédio da faculdade “Objetivo”, em São Paulo. Segundo o ex-secretário, seu assessor Roberto de Melo era um assessor informal, que não era seu amigo e nada recebia para dar consultorias sobre planos de saúde. Mas não soube explicar porque Roberto de Melo usava cartões de visita como assessor do Ministério da Fazenda, mesmo sem qualquer vínculo com o órgão. Milton Dallari caiu após ter se declarado vítima de um complô contra ele.

Aliás o próprio ministro da Fazenda, Pedro Malan, colocou lenha na fogueira deste caso. Em uma carta ao deputado federal Alexandre Cardoso, o Ministro acusou o então secretário de favorecer o aumento ir-

regular de 152% no lucro das distribuidoras de petróleo, por causa de um erro técnico.

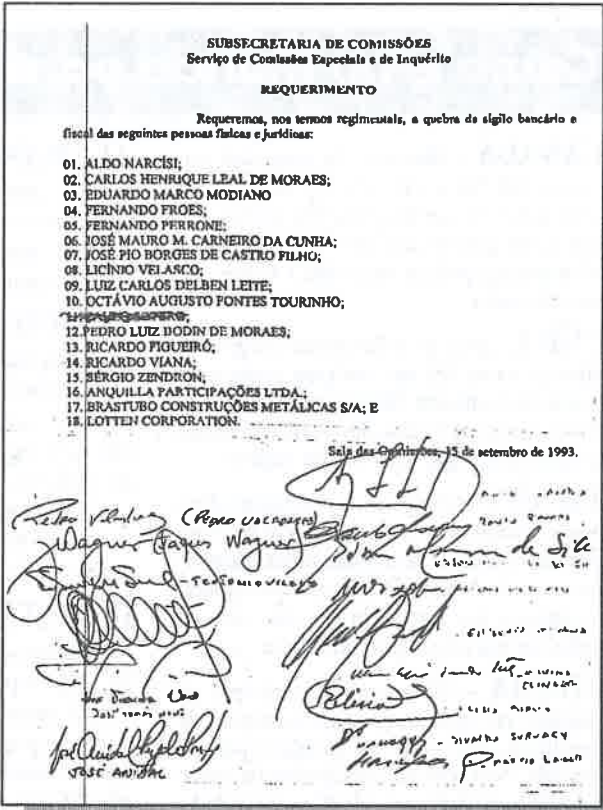
5

O CASO SOTERO (1993)

O nome de Paulo Sotero, um diretor do BNDES entrou na lista de quebra de sigilo bancário com o número 11 entre os nomes de Octávio Tourinho e Pedro Bodin. Mas quando saiu a lista oficial, misteriosamente, o nome de Paulo Sotero tinha desaparecido entre mil e uma articulações de bastidores. Logo depois, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Programa Nacional de Desestatização voltou atrás e tornou sem efeito a votação que aprovou o requerimento de quebra de sigilo bancário de 15 pessoas e três empresas. O presidente da CPI, ex-deputado Ezio Ferreira (PFL-AM) argumentou que a votação não poderia ter sido feita porque não havia quorum regimental.

Paulo Sotero também andou figurando na lista dos envolvidos com os escândalos da LBA a época de Rosane Collor.

Eis a lista oficial de quebra de sigilo bancário, assinada pelos membros da CPI, já com o nome de Paulo Sotero riscado:



A Carta

Esta foi a carta que a diretoria da AEPET encaminhou ao Congresso e aos jornais:

AEPET Nº - 149/95

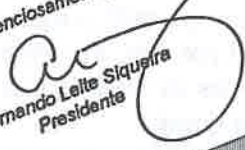
Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1995.

Ilmo Sr.
Líder do PP no Senado
Senador Bernardo Cabral
Fax: (061) 311-2090

Ass.: Limites éticos do público e privado

Os casos Dallari e Banco Econômico trouxeram de novo ao debate o limite ético entre o público e o privado. Várias personalidades alternaram, nos últimos anos, cargos nos dois setores, detendo informações privilegiadas adquiridas no exercício do cargo público, possibilitando orientar grandes negócios no setor privado. Acreditamos ser da responsabilidade do Poder Legislativo fixar normas e regras que punam a mistura do público e privado, em benefício de alguns e em prejuízo do País.

Atenciosamente,


Fernando Leite Siqueira
Presidente

CORREIO

21231 X RJCA
2100 2URNTX BR
24/0942
XPFS2V53 2405 0939 SCP
BRASILIA/DF

TELEGRAMA
AEPETE
ILMO. SR. PRESIDENTE F
AV. ALMIRANTE BARROSO,
20031-000 RIO DE JANEIRO

REMETENTE: LIDERANCA D
ACUSO RECEBIMENTO OFIC
QUESTAG ETICA NO SERVI
PRIVADO.
CORDIALMENTE,
SENADOR EPITACIO CAET

REMETENTE
T613452
ASSINANTE TELEX

TELEGRAMA AEPETE
CONFIRMAÇÃO E SEM DISPOSTOS

CORREIO

21231 X RJCA

Serviço

A
vida
vul
A

Como é no Mundo para Executivos dos Banco Centrais

CANADÁ – Não se pode acumular empregos público e privado. Se for dono ou tiver ações de instituições financeiras tem três meses para se desfazer. Se ocultar essas informações poderá pegar de 3 meses a 3 anos de prisão.

CHILE – Não se pode exercer cargos nos quais parentes até terceiro grau possam ter interesse financeiro. Não se pode ter mais de 1% de ações de instituição financeira e nem ter outro emprego, a não ser de professor.

JAPÃO – Não se pode ter empregos e nem negócios com o fim lucrativo. Não pode ser demitido antes do final do mandato de quatro anos. Se deixar o BC antes de completar o mandato fica impedido por dois anos de trabalhar em instituição financeira.

CORÉIA – Não se pode participar de reuniões em que se discutam interesses de familiares. Não pode ter atividade política paralela. Não pode ser funcionário de banco privado e nem ter menos de 30 anos de idade.

ALEMANHA – As regras são explicitadas em contrato. Cada diretor assina um termo com o BC que irá regular as suas funções, obrigações e os eventuais interesses conflitantes com o cargo.

ESTADOS UNIDOS – Não se pode ter outro emprego, nem ser acionista ou funcionário de banco. Não se pode ter atividade política paralela. Só pode ser demitido se praticar irregularidades. Se sair antes do fim do mandato, não pode trabalhar em outra instituição financeira pelo prazo mínimo de dois anos. Se o fizer poderá ser punido com cadeia, podendo pegar 5 anos de prisão.

INGLATERRA – Deve declarar eventuais interesses em assuntos geridos pelo BC. Não se pode participar de reuniões que tratem desses assuntos. Não se pode ter outra ocupação profissional. Não se pode ter atividade política. Não se pode ter mais que 1% de empresa sob a jurisdição do BC.

ESPANHA – Durante o mandato no BC deve se abster de adquirir bens ou direitos ou de manter atividades que possam comprometer sua independência. Presidente e vice não podem trabalhar em instituição financeira por dois anos depois de ter terminado o mandato. Se não têm emprego recebem 80% do salário do BC.

NOVA ZELÂNDIA – Não se pode ser funcionário de instituição financeira durante o mandato. Designado, precisa explicitar eventuais interesses que possam vir a conflitar com o cargo de diretor do Banco Central.

FRANÇA – Não se pode ter outra ocupação privada ou pública. Não se pode ter nenhuma ocupação profissional pelo período de um ano após deixar o cargo de diretor do BC. Não pode ter mais de 65 anos de idade. Caso desobedeça é passível de prisão.

6

O CASO ZENDRON*(1993 - jornais)*

O ex-diretor do BNDES, Sérgio Zendron, dizia a todos que sua conduta no assessoramento técnico à Comissão Diretora do Programa de Desestatização era "inatacável". Dizia também que "nunca houve um único questionamento quanto ao resultado de nenhum leilão de privatização." Como a segunda premissa não é real deduz-se que a primeira também não seja. Aliás nem é preciso deduzir, bastando examinar os fatos. Responsável pelo programa, de onde era verdadeiro "ghost-writer", Zendron saiu, em agosto de 1993, quando o ex-presidente do BNDES, Luiz Carlos Delben Leite o acusava de "conduta irregular" em benefício de alguns grupos econômicos. Dizia-se também, na ocasião, que Zendron não aceitava abrir a caixa preta em que o programa se transformara, rejeitando as medidas democráticas a respeito do assunto e exercendo um boicote permanente a qualquer tentativa de esclarecimento do processo de privatização.

Por ter acompanhado de perto a venda das primeiras estatais, Zendron era conhecido como um especialista no assunto, mas também era rotulado de "articulador de interesses dos grandes grupos privados." Funcionário de carreira do BNDES, Zendron subiu na gestão do empresário Márcio Fortes, tornando-se o braço direito de Eduardo Modiano, sendo o elaborador das regras do novo PND.

No caso específico relacionado ao estabelecimento do preço mínimo da Ultrafértil, Zendron gerou suspeitas mostrando que o processo de privatização como um todo podia ser manipulado. O Consultor Geral da República determinou a suspensão do processo de privatização da Ultrafértil porque o diretor do BNDES, Sérgio Zendron, influenciou as empresas Price e Atlantic Capital na avaliação de US\$ 200 milhões. Posteriormente, Zendron contratou a Trevisan, que também avaliou por US\$ 200 milhões. Segundo estudo realizado pela

Petrofértil sobre a análise da Trevisan, o preço mínimo da Ultrafértil foi manipulado para atender às especificações de Zendron.

Sérgio Zendron foi responsável pela transferência de empresas estatais, desde o Governo Figueiredo até a sua demissão. Esteve no centro de cada caso, envolvido sempre com os métodos de avaliação, depreciando empresas passíveis de leilões, em benefício de compradores previamente escolhidos.

7

O CASO PRATINI DE MORAES*(1993)*

O ex-Ministro de Minas e Energia, Marcus Vinicius Pratini de Moraes, comandou o processo de privatização da PPH. As participações da Petroquisa na PPH foram compradas, tendo a Petropar exercido o direito de preferência, utilizando moedas podres financiadas pelo BNDES. Estas participações foram revendidas posteriormente ao grupo Odebrecht, em dinheiro vivo. O Ministro Pratini de Moraes era também, na ocasião, sócio e membro do Conselho de Administração da Petropar.

8

O CASO MONTORO FILHO*(1993 - jornais)*

O ex-presidente da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização, André Franco Montoro Filho foi condenado, em 1990, pelo Tribunal de Contas da União, juntamente com o titular não governamental Vladimir Antonio Rioli — processo nº 012549/86-0 — por fraudes envolvendo a Cosipa, a Persico Pizzamiglio S.A., a Elite Corretora de Câmbio e Valores e o BNDES. Por ocasião desta fraude, em 1986, o BNDES era presidido por Montoro Filho, e foi o fiador de uma subscrição fraudulenta de debêntures da Cosipa, sem correção monetária. No ano de 1993, como presidente da Comissão Diretora do PND, Montoro Filho foi

responsável pela privatização da Cosipa, o que levou o ex-deputado Paulo Ramos (PDT-RJ) a solicitar a apuração da responsabilidade criminal de Montoro Filho, uma vez que este, ao lesar a Cosipa, provocou um prejuízo de US\$ 14,1 milhões aos cofres públicos.

Ao sair da Comissão em 1993, Montoro Filho tinha tido vários atritos com o Governo ao defender a privatização da Vale do Rio Doce e da Petrobras.

9

O CASO BENEDICTO MOREIRA*(1993 - Documentos de ações judiciais da AEPET sobre o processo de privatização da PPH)*

Após ser conhecido sempre como um homem do comércio exterior, Benedicto Moreira exerceu o cargo de Presidente da Petrobrás em 1992, época final do Governo Collor. Na mesma ocasião, Benedicto Moreira era membro do Conselho de Administração da Petropar — ao lado do ex-Ministro Pratini de Moraes, empresa beneficiada por ocasião do leilão da PPH.

10

O CASO SETEMBRO*(1993)*

Toda a propaganda a favor da desestatização era paga pelas próprias empresas a serem vendidas por determinação da Comissão Diretora. Só a Petroquisa pagou cerca de US\$ 4 milhões em dinheiro vivo e não com as moedas podres recebidas. A principal beneficiária foi a Agência Setembro, citada no caso PC e da campanha do ex-presidente Collor de Mello.

11

O CASO ERIS
(1993 - jornais)

Foi criada em 1990, por particulares, com o dinheiro público doado

pelo ex-presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, a Cetip, com a função de controle e qualificação das moedas podres a serem usadas na privatização. Os sócios da Cetip eram grupos que participavam da compra das estatais. Na mesma época foi criada, também por particulares, a Câmara de Liquidação e Custódia.

12

O CASO CARVALHO (jornais - 8/95)

O Ministro Chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho, ex-funcionário das Indústrias Villares, foi acusado na Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara de pressionar o Banco do Brasil para que liberasse um empréstimo de US\$ 16 milhões para a empresa paulista. A operação foi questionada pelo deputado federal Augusto Carvalho (PPS-DF), mas o ministro da Fazenda se recusou a fornecer todas as informações requeridas sob a alegação de sigilo bancário. Clóvis Carvalho classificou de "absurdas" as acusações.

13

O CASO CALDAS (Jornais - 8/95)

Até há pouco tempo, o secretário-geral do Presidente da República, Eduardo Jorge Caldas, foi consultor da United States Agency of Intelligence and Development (USAID), agência do governo americano, voltada para a implantação de projetos de desenvolvimento e organização dos Estados no Terceiro Mundo. Segundo o secretário, sua atividade de consultor em diversos projetos da área de administração cessou quando ele foi trabalhar com FHC. Ele viaja com frequência aos Estados Unidos, mas garante que é por ser conselheiro do Instituto de Resseguros do Brasil em sua subsidiária nos Estados Unidos. Além de tudo, a USAID, diz, "é uma estatal".

14

O CASO ZÉLIA (jornais - 12/92)

A ex-ministra da Fazenda, Zélia Cardoso de Melo, também tinha uma empresa de consultoria – a ZLC. Era seu sócio no empreendimento Carlos Henrique Moraes, um dos administradores do grupo PC Farias. A ex-ministra, apesar de suas negativas, tinha comprovada ligação com o esquema PC. Segundo foi apurado, na ocasião, este pagava várias de suas contas.

15

O CASO FIGUEIRÓ (1995)

Um pouco antes de dar por concluídos os seus trabalhos, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou o Programa de Desestatização solicitou a quebra de sigilo bancário de várias pessoas ligadas às irregularidades no processo de privatização, conforme foi apurado nessa ocasião. Da lista de nomes para a quebra de sigilo bancário – que, por pressões políticas, acabou não ocorrendo – constava o nome de Ricardo Figueiró. Hoje ele é chefe de gabinete do Ministro do Planejamento, José Serra.

16

O CASO TREVISAN (jornais - abril de 1993)

A empresa de auditoria e consultoria Trevisan e Associados, que tem a frente Antoninho Marmo Trevisan, ex-secretário de Controle das Estatais, foi acusada, por ocasião da privatização da Ultrafértil, de ter feito uma avaliação abaixo do valor real para favorecer aos seus clientes Solorrico, Manah e Fertibrás. Os deputados federais Tomás Nonô, Divaldo Suruagy e Teotônio Vilela Filho assinaram em-

baixo da acusação de que a Trevisan favorece seus clientes, utilizando-se de métodos ilícitos. Na avaliação que levantou as suspeitas, a Trevisan apresentou na licitação um valor 50% abaixo do da segunda colocada. Antoninho Marmo Trevisan era, quando secretário das Estatais, amigo do então presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Carlos Átila. Este, que deveria ter apurado as irregularidades na privatização da Ultrafértil, acabou validando as avaliações, causando um prejuízo de US\$ 190 milhões aos acionistas da Petrobras (51% da União Federal).

17

O CASO LARA RESENDE (jornais - agosto/95)

O economista André Lara Resende, um dos formuladores do Plano Real, deixou, em fins de 1993, o cargo de diretor do Banco Central passou a ser dono do Banco Matrix, em São Paulo, criado em abril de 1993. No ano passado, o patrimônio da instituição passou de US\$ 5 milhões para US\$ 50 milhões. Partindo do zero, o banco fechou 1994 administrando mais de US\$ 500 milhões, principalmente de investidores estrangeiros. Além disso, foi o segundo banco mais rentável do ano passado, com rentabilidade de 64,5% sobre o patrimônio líquido e lucro de US\$ 29 milhões.

18

O CASO PELÉ (jornais-agosto/95)

O ministro extraordinário de esportes, Edson Arantes do Nascimento (Pelé) também acumula atividade pública e privada. Ele continua tratando de assuntos de sua principal empresa, a Pelé Sports e Marketing. Pelé tem a seu favor o fato de pagar de seu próprio bolso as suas viagens ao exterior.

19

O CASO LOYOLA*(jornais - 1995)*

Ao ser convidado para assumir a presidência do Banco Central, Gustavo Loyola ainda estava a frente da MCM Consultoria, empresa sua em sociedade com o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega. Sua nomeação provocou confusão porque a informação chegou ao mercado antes da confirmação oficial pelo Ministro da Fazenda pois vazou através de sua empresa.

20

O CASO MENDONÇA DE BARROS*(jornais - agosto/95)*

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros é o fundador da empresa Mendonça de Barros & Associados. Os fregueses continuam no negócio gerido pela família que garante não ter acesso à informações privilegiadas, porque faz um negócio "decente".

21

O CASO ROSENBERG*(jornais - 1995)*

A Rosenberg Consultoria criada há 10 anos por um grupo ligado ao ex-ministro Delfim Neto, fatura US\$ 4 milhões/ano. Luis Paulo Rosenberg, ex-assessor de Delfim Neto e do senador José Sarney afirma que se não tivesse trabalhado com ambos "não conseguiria traçar cenários com precisão." Rosenberg é, também, sócio do ex-presidente do Banco Central Ibrahin Eris na Linear, uma administradora de patrimônios que realiza sofisticadas operações financeiras de alto risco.

Na Rosenberg Consultoria trabalham ainda José Savasini, também ex-assessor do Ministro da Fazenda Delfim Neto, Mikal Gardenkraut, do Ministério de Planejamento no governo Sarney, e Dionísio Carneiro, ex-vice-presidente da Finep.

22

O CASO LOPES*(jornais - 1995)*

O diretor do Banco Central, Francisco Lopes, vendeu a participação na sua empresa de consultoria – a Macrométrica – para a sua mulher. O registro foi feito na Junta Comercial. No primeiro semestre deste ano, a Macrométrica faturou R\$ 444 mil com a venda de seus produtos. Os principais são um boletim de conjuntura, um fax semanal da conjuntura e o Macrodados, programa que possibilita acesso a informações como reservas cambiais e base monetária. Dos clientes da Macrométrica, 1/3 são bancos. Nos 2/3 restantes estão o BNDES, o Banco Central, onde Francisco Lopes trabalha, Kandir&Associados e Banco de Crédito do Uruguai.

23

O CASO ORESTEIN*(jornais - 1995)*

Luiz Orenstein saiu do BNDES e dois meses após foi para o Oportunity, um dos maiores administradores de recursos estrangeiros no País e que comprou uma parte da Escelsa, em recente leilão.

24

O CASO CAMÕES*(jornais - 1989)*

Elmo Camões, que presidiu o Banco Central em 1989, foi afastado do cargo depois que se comprovou o envolvimento de seu filho, proprietário da Corretora Capitanea, no caso Naji Nahas.

25

O CASO MOTOKI*(agosto/95 - jornais)*

O ex-diretor do Departamento Nacional de Combustíveis (DNC), Pau-

lo Motoki, acabou pedindo demissão do seu cargo após admitir que estava tendo como assessor "um velho amigo sem nenhuma ligação com o serviço público" no processo de reestruturação do DNC, preparando-o para a nova situação constitucional (a flexibilização). Este amigo era o engenheiro Fernando Grandinetti, aposentado da Shell, empresa interessada diretamente no que será a nova política de combustíveis. Segundo o deputado Luciano Zica (PT-SP), Grandinetti estava "assessorando" o DNC preparando-se para assumir formalmente a função de "consultor" quando fosse assinado o convênio com a FGV para reestruturar o DNC, o que mostra que a proposta de reestruturação do DNC estava "viciada". Apesar de aposentado, Grandinetti, conforme declarou à imprensa, estava a serviço da Shell, tendo a Companhia, inclusive, pago recentemente sua estadia num dos hotéis mais sofisticados de Brasília, o Manhattan Flat, conforme fatura nº 23 844. Havia, na verdade, um escandaloso tráfico de influências no DNC. Motoki era auditor fiscal do Ministério da Fazenda e mantinha com o ex-diretor do DNC Wilter Fantinatti, já falecido, uma empresa de consultoria privada na área de preços: a PTM (iniciais do nome completo de Motoki). Quando assumiu a direção do DNC, em maio do ano passado, Motoki passou a direção do escritório para o sr. Fantinatti, mudou o nome da empresa para BSB, desativando o seu escritório.

No período 84/85, Paulo Motoki foi conselheiro do CNP, representando a Secretaria de Planejamento (época de Delfim Neto, junto com Milton Dallari). A empresa de consultoria de Motoki, a PTM, prestava serviços na área de preços ao Sinduscom, à Sociedade de Produtores de Açúcar e de Alcool (Sopral), à Refinaria de Manguinhos, à Ipiranga e ao Sindigás, entre outros. Em 1992, quando da gestão de Marcelo Guimarães no DNC, Motoki se apresentou como consultor da Sopral. Hoje ele é sócio de Geraldo Ribeiro Vieira na GRV e de E. Vignoli, na Consultec.

Boletim AEPET

- Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET) – Av. Almirante Barroso, 22 – 19º andar Centro – RJ – Cep: 20031-000 Tel.: 220-4774
- Jornalista Responsável: Celeste Cintra

- Diagramação e Editoração Eletrônica: Ícone Comunicação & Arte Tel.: 220-8025

- Reprodução permitida, desde que citada a fonte